

# Disputa internas dividem Comissão

Brasília — Luiz Antônio Ribeiro

Arquivo — 21/3/87

Os 93 integrantes da Comissão de Sistematização é que entram em atividades intensas, agora que as oito Comissões representativas dos capítulos em que poderá se dividir a nova Constituição concluem seus relatórios finais. Os outros 466 parlamentares se limitarão, no caso, a torcer pelas questões que defendem.

A Comissão de Sistematização começa suas atividades com disputas internas entre os grupos nomeados pelo relator, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), para ajudar no trabalho. Depois de intensas negociações foram designados apenas o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) e o deputado Nelson Jobim (PMDB-RS) para elaborar o texto que, antes de ser apresentado à comissão, será submetido ao líder Mário Covas e ao deputado Ulysses Guimarães.

A Comissão de Sistematização é composta por 53 integrantes fixos, mais os presidentes e relatores das comissões e relatores das subcomissões, totalizando 93. São divididos proporcionalmente entre as bancadas da Constituinte e têm a participação de todos os partidos da seguinte forma: 49 do PMDB, 24 do PFL, seis do PDS, três do PDT e PTB, dois do PT e um do PL, PDC, PC do B, PCB e PMB. Fazem parte da Sistematização todos os líderes partidários, à exceção de Mário Covas e, pelo critério da proporcionalidade, o presidente é do PFL — senador Afonso Arinos e o relator do PMDB — deputado Bernardo Cabral.

**Dois grupos** — A tarefa da Sistematização é "reunir, enxugar e disciplinar os relatórios das Comissões, sem poder introduzir modificações que desfigurem o que foi aprovado", diz o relator Bernardo Cabral que terá até o próximo dia 26 para apresentar aos demais participantes da comissão o "primeiro esqueleto do projeto." Para tornar mais ágil o trabalho, Bernardo Cabral nomeou dois grupos iniciais e a partir daí começaram as confusões.

Um dos grupos é formado por amigos pessoal do relator — Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), Nilson Gibson (PMDB-PE), Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), Joaquim Beviláqua (PTB-SP) e Konder Reis (PDS-SC), coordenados pelos deputados Adolfo de Oliveira (PL-RJ). Esses são os chamados "relatores de campo". Do outro grupo fazem parte apenas pemedebis-



Nelson Jobim (E) e F. Henrique, relatores auxiliares

tas — o deputado Nelson Jobim e os senadores Fernando Henrique Cardoso, Wilson Martins (MS) e José Ignácio (ES) — e foram denominados "relatores auxiliares".

No entanto, os "relatores de campo" que, segundo Bernardo Cabral, ajudarão somente na pesquisa, trazendo informação para o relator, também se sentiriam no direito de influir no texto final do trabalho. Isso provocou a reação dos relatores auxiliares que não admitiram ser coordenados por um parlamentar do PL e o racha foi inevitável. Fernando Henrique e Nelson Jobim apresentaram seu descontentamento para Cabral e ficou acertado que somente os dois têm autoridade para entrar no mérito do trabalho, saindo também Wilson Martins e José Ignácio.

**Exigência** — Apesar disso, o deputado Adolfo de Oliveira pretende iniciar já amanhã o trabalho de cruzamento dos relatórios no Prodasen — Serviço de Processamento de Dados. Para o deputado, o fato de Fernando Henrique e Nelson Jobim não quererem ser coordenados por ele é mera falta de memória: "Fui um dos fundadores do MDB e secretário-geral do partido."

O deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), "relator de campo" também não concorda com a reação dos pemedebistas, "porque esse é um trabalho pluripartidário e a representação de todos os partidos permitirá um texto mais harmonioso". Argumentos à parte, Fernando Henrique exigiu que Bernardo Cabral enviasse um ofício ao presidente da comissão, senador Afonso Arinos, deixando claro que somente ele e Nelson Jobim poderiam expor suas opiniões no texto, ignorando qualquer proposta dos demais.

Resolvida a questão — que pode ser reaberta desde a não aceitação das novas atribuições dadas aos "relatores de campo" — Cabral, com a ajuda de Fernando Henrique e Nelson Jobim, apresenta o primeiro projeto à comissão no dia 26, depois de receber o aval de Mário Covas e Ulysses Guimarães. Recebe emendas só dos componentes da comissão e refaz o texto com as novas propostas até o dia 7 de julho. Pode receber novas emendas e, no dia 10 de julho, começa a votação. No dia 15 de julho, o primeiro esqueleto da Constituição deverá estar no plenário, quando todo o 55º constituintes passam a trabalhar juntos e começa a fase de apresentação de emendas populares.

## Agora é tempo de rever os eleitores

Terminada a segunda fase dos trabalhos da Constituinte, com a entrega dos relatórios das oito comissões à Comissão de Sistematização, começa agora um período de recesso branco para a maioria dos parlamentares. Durante 30 dias de recesso, eles poderão rever suas bases, numa revoada de volta aos que representam. Desde a instalação da Constituinte, no dia 1º de fevereiro, senadores e deputados não tiveram praticamente tempo para se dedicar ao eleitorado.

O deputado Jesus Tajra (PFL-PI) decidiu, por exemplo, passar 15 dias em contato com seus eleitores. "Sentindo a resposta ao trabalho da Constituinte e fazendo relatos da minha atuação. Colocando-me mais uma vez à disposição das

bases para ser o intermediário de suas propostas na nova Constituição".

Já o deputado Paulo Delgado (PT-MG) vai agir, nesse recesso, de forma diferente, atendendo à orientação do partido e realizando o trabalho que considera absolutamente indispensável: "Mobilizar as bases para as emendas populares que podem ser apresentadas à Constituinte a partir de 15 de julho".

Segundo Paulo Delgado, o partido fará uma avaliação sobre o que foi aprovado e, a partir daí, traçará uma estratégia de trabalho para atuar em todo o país. "Nós, constituintes, temos a responsabilidade de empurrar essa mobilização para conquistas democráticas na nova Carta".

Somente dois deputados do PT, Lula

e Plínio Arruda Sampaio, permanecerão em Brasília, porque fazem parte da Comissão de Sistematização. Outros parlamentares pretendem realizar mobilizações populares para propor sugestões à Constituinte, particularmente os que lutam pela criação de novos estados. E o caso do deputado David Alves da Silva (PDS-MA), que pretende colocar no mapa uma nova estrela simbolizando o Estado do Maranhão do Sul. Vai percorrer, para isso, a região que considera ideal, para colher as assinaturas, particularmente o município de Imperatriz, que seria a capital do novo estado. O mesmo fará o deputado Chico Humberto (PDT-MG) na região do triângulo mineiro, em defesa da criação de um estado de igual nome.